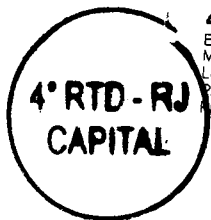


129



4º RTD - RJ - 834780
 Emol: 96,81 / Distrib: 12,48 / Lei: 111/06: 5,46
 Mútua/ACOTERJ: 9,07 / FETJ: 21,85
 Lei: 4.664/05: 5,46 / Tot. Emol (R\$): 151,13
 PARÂM: Vias: 2 / Nome(s): 2 / Págs: 5
 Proc. Estr: N / Averb: N / Dilig: :



**TERMO ADITIVO/PV3-006/2009 AO
 CONTRATO CT-
 PROINFA/BIO MASSA-022/2004
 CELEBRADO ENTRE CENTRAIS
 ELÉTRICAS BRASILEIRAS -
 ELETROBRÁS E CEISA - CENTRAL
 ENERGÉTICA ITAÚNAS S/A**

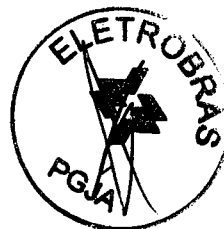
4º RTD - CAPITAL - RJ
 E PROTOCOLADO EM 05/10/2010
 REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 834780

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS, doravante referida simplesmente ELETROBRÁS, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, nº 409 – 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Resolução nº 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação nº 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e

CEISA - CENTRAL ENERGÉTICA ITAÚNAS S/A, doravante denominado simplesmente PRODUTOR, empresa de geração de energia elétrica, com sede na Avenida Pai João, nº 1.137, Bairro Urbes, no Município de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.751.762/0001-43 e no Cadastro Fiscal do Estado do Espírito Santo sob o nº 082.344.04-3, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

CONSIDERANDO:

1- que a ELETROBRÁS, através do inciso I, do art. 3º, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pela Lei nº 11.075, de 30 de dezembro de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, por meio das Portarias nº 45, de 30 de março de 2004 e nº 452, de 28 de setembro de 2005, foi designada a celebrar, numa primeira etapa do Programa, Contratos de Compra e Venda de Energia – CCVEs referentes à compra da energia a ser produzida por 3.300 MW de capacidade a ser distribuída igualmente em instalações de produção, com início de operação previsto entre os anos de 2006 e 2008, de fontes eólicas, biomassa e PCHs. Estes CCVEs têm o prazo de duração de 20 (vinte) anos a partir da data de entrada em operação definida em cada CCVE;



2- que em 28 de dezembro de 2004, a ELETROBRÁS e o PRODUTOR firmaram o CONTRATO CT-PROINFA/BIO MASSA-022/2004, da Central Termelétrica à Biomassa CEISA, posteriormente homologado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 702/2005, de 23 de agosto de 2005;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3- que a Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) nº. 452, de 28 de setembro de 2005, em seu art. 1º, estabeleceu:

"Fica a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS autorizada a promover a prorrogação do prazo de início de funcionamento das instalações de produção de energia elétrica com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, originadas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para até 30 de dezembro de 2008, mediante a celebração dos aditivos contratuais aos instrumentos por ela firmados, relacionados ao aludido Programa."



4- que a referida portaria autorizou a Eletrobrás a promover a prorrogação do prazo de entrada em operação comercial dos empreendimentos no âmbito do PROINFA, sem prejuízo de outros ajustes e novas obrigações contratuais que, a critério da Eletrobrás, fossem julgados necessários;

5- que diversos empreendedores solicitaram postergação de suas Datas Planejadas de Operação Comercial para além de 30 de dezembro de 2008, alegando Motivos de Força Maior ou Caso Fortuito, de natureza específica de cada empreendimento;

6- que, em virtude do acima exposto e não obstante os esforços empreendidos pela Eletrobrás e pelo MME, várias instalações de geração do PROINFA não entraram em operação até 30/12/2008;

7- que, com o objetivo de avaliar criteriosamente as solicitações de caso fortuito ou força maior, a Eletrobrás prorrogou a validade dos contratos, através de termos aditivos, em uma primeira etapa para 28/02/2009 e, em um segundo momento para 31/05/2009, condicionada a validade da prorrogação aos resultados das análises das alegações de caso fortuito ou força maior;

8- que a ANEEL, como fiscalizadora dos contratos do PROINFA e autorizadora dos aportes financeiros das distribuidoras de energia e consumidores livres ao Programa, iniciou as análises dos motivos de caso fortuito ou força maior alegados pelos empreendedores, que se julgados favoravelmente lhes permitiria permanecer no PROINFA;

9- que o **PRODUTOR** solicitou à **ELETROBRÁS** a alteração de sua data planejada da operação comercial em decorrência da alegação de caso fortuito e força maior;

10- que o MME se manifestou positivamente a respeito da prorrogação para além de 30 de dezembro de 2008 nas hipóteses de caso fortuito e força maior, através da Nota CONJUR/MME nº. 197/2008, de 29.09.2008, concluindo nos seguintes termos:



"nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, também em atenção ao princípio da conservação dos negócios jurídicos, justifica-se a celebração de aditivo contratual repactuando o prazo de início da operação de projetos no âmbito do PROINFA, que poderá ser posterior a 30 de dezembro de 2008".

11- que a eficácia dos aludidos termos aditivos para prorrogação dos CCVEs até 28.02.2009, no primeiro momento, e até 31.05.2009, num segundo momento, foi condicionada ao eventual reconhecimento pela **ELETROBRÁS** dos motivos de caso fortuito e força maior alegados, bem como à apresentação das garantias contratuais pertinentes até a data da assinatura dos subsequentes termos aditivos que fixassem as novas datas planejadas de operação comercial, respeitada a data limite de 28.02.2009 e, posteriormente, 31.05.2009, para a formalização das avenças, tudo com vistas a manter os contratos eficazes, afastando-se, momentaneamente, a aplicação de eventuais penalidades contratuais;

12- que se faz necessário o reconhecimento dos motivos alegados de caso fortuito ou força maior pela ANEEL, para que haja o suporte financeiro ao programa;

13- que, em 29 de dezembro de 2008, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Termo Aditivo PV- PROINFA / 004/2008, tendo por escopo a prorrogação do prazo de validade do CCVE já referido, até a data de 28 de fevereiro de 2009;

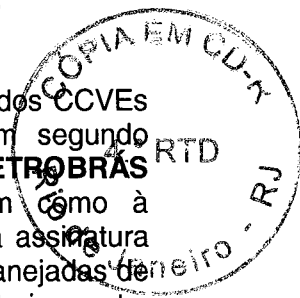
14- que, em 26 de fevereiro de 2009, em virtude do exposto, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Termo Aditivo PV2- PROINFA / 005/2009, tendo por escopo a prorrogação do prazo de validade do CCVE já referido, até a data de 31 de maio de 2009;

15- que a superveniência de empecilhos de ordem operacional e a impossibilidade de contorná-los respeitando a data limite de 30.05.2009, em que pesem todos os esforços empreendidos pela Eletrobrás, ensejará a ineficácia dos contratos cujos empreendedores solicitaram postergação de data planejada de operação comercial por caso fortuito e força maior para além de 30.12.2008;

16- que o quantitativo das solicitações e a sua correspondência em MW de capacidade impactam a viabilização do PROINFA;

17- que o Código Civil adotou o princípio da conservação dos negócios jurídicos;

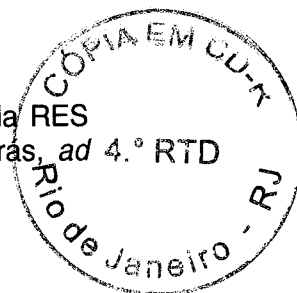
18- que o PROINFA é um Programa estratégico no tocante à diversificação da Matriz Energética Brasileira (aumento da segurança energética), à preservação ambiental e ao desenvolvimento tecnológico (ampliação da indústria nacional);



flr 3

19- que o PROINFA consiste em um programa de incentivos ao setor, de relevância social, haja vista o interesse nacional na produção de energia elétrica e na proteção ao meio-ambiente;

20- que a minuta deste termo aditivo de prorrogação foi aprovada pela RES 470/2009, de 26 de maio de 2009 da Diretoria Executiva da Eletrobrás, ad 4.º RTD *referendum* do Conselho de Administração da **ELETROBRÁS**.



Têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

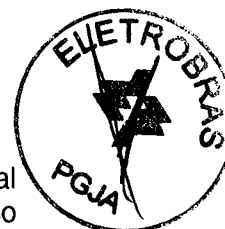
OBJETO DO TERMO ADITIVO

Constitui objeto deste termo aditivo a alteração do contrato CT – PROINFA/Biomassa - 022/2004 celebrado entre a ELETROBRÁS e o PRODUTOR, em 28 de dezembro de 2004, aditado pelo PV– PROINFA / 004/2008 e pelo PV2- PROINFA / 005/2009, com vistas à postergação até 30 de novembro de 2009 do prazo limite para repactuação da data planejada da operação comercial solicitada para além de 30 de dezembro de 2008, com a conseqüente prorrogação da validade do CCVE ora aditado até 30 de novembro de 2009, em decorrência da alegação de caso fortuito e força maior pelo **PRODUTOR**, cujo processo administrativo está em fase de apreciação pela **ELETROBRÁS** e pela **ANEEL**.

CLÁUSULA SEGUNDA

EFICÁCIA DO TERMO ADITIVO

A eficácia do presente termo aditivo fica condicionada ao eventual reconhecimento, pela **ELETROBRÁS** e pela **ANEEL**, dos motivos de caso fortuito e força maior alegados pelo **PRODUTOR**, bem como à apresentação da garantia contratual pertinente até a data da assinatura do termo aditivo contratual que fixar a nova data planejada de operação comercial.



CLÁUSULA TERCEIRA

RATIFICAÇÃO

A **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** ratificam todas as cláusulas, termos e condições do Contrato CT – PROINFA / Biomassa - 022/2004 não modificados expressamente e que não colidam com o presente Termo Aditivo que constitui, desde já, parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.

